

A URV NA HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL NA LUTA CONTRA A INFLAÇÃO INERCIAL

SILVA, Kleber Souza¹

RESUMO

O presente artigo apresenta-se como uma interlocução entre o estudo de História e a Economia, por serem ciências que se completam nas Humanidades e por estarem intrinsecamente ligadas, uma vez que os acontecimentos econômicos influenciam diretamente na vida e no cotidiano das sociedades, sendo inclusive estudadas como uma vertente de pesquisa dentro da História, com a denominação de História Econômica. No artigo, utilizou-se de método dedutivo analítico, baseado em leitura de obras renomadas e periódicos, tendo sido a fonte da coleta de dados, tratando-se de uma pesquisa não empírica e bibliográfica, com ênfase na interdisciplinaridade. Apresentou-se a inflação e seu desenvolvimento inercial entre as décadas de 70 a 90 e seu controle no Plano Real, com nascimento na Unidade Real de Valor (URV) em 1994, tendo como problematização principal a indagação de como a segunda fase do Plano Real contribuiu para combater a inflação e estabilizar economicamente a moeda brasileira.

Palavras-Chave: URV. Inflação inercial. Plano Real. Plano de estabilização

INTRODUÇÃO

A História e a Economia são duas ciências que se completam, principalmente as ciências econômicas que se comprova com os acontecimentos históricos. No entanto, a forma metodológica a ser utilizada pelo historiador frente a uma análise econômica será determinada pelas escolhas feitas, sejam quantitativas ou comparativas conforme as palavras de

¹ Graduado em História pela CEUCLAR, graduando em Direito na UNIFEV – SP. E-mail: klebersilva@bb.com.br

Hobsbawn (2000, p. 123): "... podemos e devemos utilizar as técnicas, modos de discussão e modelos da economia, mas não podemos nos confinar nos mesmos."

O presente artigo apresenta-se como uma análise do fenômeno inflacionário no Brasil, sua evolução à condição inercial e como ela desenvolveu-se na economia brasileira, chegando até sua estabilização na década de 90 com o Plano Real, ressaltando a importância da Unidade Real de Valor (URV) na implantação deste plano econômico e sua luta contra a inflação.

Foi discutido o caráter inovador da URV em contrapartida a outros planos econômicos e o congelamento de preços, ressaltando a problematização de como uma unidade de conta estabeleceu as condições para a implantação do Plano Real sem o a criação de situações arbitrárias e foi capaz de gerar as condições e a conjuntura seguinte para controlar a inflação, demonstrando sua importância na história econômica do Brasil.

Fez-se a análise da trajetória da inflação no Brasil. O período analisado deu ênfase a um momento muitas vezes esquecido, durante o governo de Itamar Franco (1992-1994), até a criação do ainda vigente Plano Real, talvez pelo seu pequeno tempo de existência, entre março e junho de 1994, que foi a implantação da Unidade Real de Valor (URV).

Esse período foi apresentado como a segunda fase do projeto de criação do Plano Real pelo então presidente da República (ex-ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco) Fernando Henrique Cardoso e sua equipe econômica, tendo como base do Plano as teorias criadas por André Lara Resende e Pécio Arida em 1985.

Inicialmente faz-se necessário esclarecer que a visão do fenômeno da inflação apavora o brasileiro devido ao caos econômico que o país viveu durante décadas. Atualmente, existem diversas siglas e indicadores (IGP, IPA, IPC-FIPE, INPC e outros), todas para diagnosticar índices de preços e oscilações econômicas, tanto que existem expressões de personificação da própria economia, fazendo alusão a forma como o mercado se apresenta

calmo, nervoso ou tranqüilo.

Este estado de alerta impregnado no cotidiano social é oriundo de um ambiente de alta e descontrolada inflação, que assolou o Brasil nas décadas de 70, 80 e 90 tendo sido controlado somente com a implantação do Plano Real.

A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo foi a pesquisa e revisão bibliográfica de obras retiradas de suportes variados, mas sobremaneira de textos argumentativos reflexivos. Sendo assim, o trabalho se baseou em diversos autores como Simonsen (1970; 1995) que ressaltou o fato da correção monetária apresentar-se como uma tentativa de convívio tão pacífico quanto possível com a inflação e a incapacidade desta de suplantar a característica inercial da inflação, apresentando a base teórica necessária para subsidiar a análise do fenômeno inflacionário brasileiro.

Para o estudo específico da URV, contou-se com a contribuição de economistas da FGV como Bresser Pereira (1994), representante de uma vertente considerada ortodoxa, na análise conjuntural do fenômeno inflacionário, conceituando a inflação e suas características inerciais.

Frente a todas as análises possíveis sobre o processo inflacionário, optou-se pela análise econômica de Mário Henrique Simonsen, figura ativa na vida política brasileira no período militar e nas teorias econômicas frente a Fundação Getulio Vargas e a Universidade de Brasília. Como professor, trabalhou a questão inflacionária e o quanto esta atrapalhou o desenvolvimento econômico e social do Brasil durante as décadas de 70, com ênfase na década de 80 até sua estabilidade monetária com a criação do Plano Real e conseqüente correção dos índices inflacionários descontrolados. Baseando-se em Simonsen (1970), pode-se analisar a inflação como um fenômeno econômico que influencia a vida cotidiana social.

2 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Ao se analisar historicamente a economia brasileira desde o seu descobrimento tem-se diversos momentos econômicos oriundos de necessidades diferentes da metrópole. No entanto, independentemente do período analisado, a economia foi guiada por ciclos econômicos de fornecimento e exploração em geral de matéria prima.

Uma vez caracterizada como uma economia exportadora desde o império e, após sua independência e mais tardiamente, constatou-se que a economia e modelo produtivo brasileiro estavam vulneráveis às crises internacionais e suscetíveis às variações de preços de outras moedas e produtos, fez-se necessária a formulação de planos e projetos econômicos que fortalecessem a economia. Momento em que nascem os planos econômicos como medidas de planejamento.

Logo no início do período militar no governo do General Castelo Branco a luta contra a inflação tornou-se eminente e necessária. A estratégia foi corrigir os preços gradualmente via indexadores criados conforme necessidade do governo, criando uma inflação corretiva que originava-se no próximo índice do governo, construindo uma inflação reprimida e permanecendo incontrolável.

O período entre 1968 e 1973 foi chamado de milagre econômico pela História Econômica, onde o crescimento foi maior que 10% ao ano em diversos segmentos da economia nacional, a exemplo o desenvolvimento da indústria, infra-estrutura como siderúrgicas, hidrelétricas, petroquímicas estatais.

Todo este crescimento foi realizado com empréstimos estrangeiros junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e aumento da liquidez internacional criando uma dependência de capital externo e comprometimento do orçamento público para pagamento de juros, porém, nesse período, a inflação motivada pelo aumento da demanda de consumo cresceu alarmantemente e a desigualdade social aumentou.

A década de 80 ficou conhecida pela literatura econômica como a

“década perdida”, uma vez que, diversos países da América Latina se viram atolados em dívidas maiores que seus PIBs - Produto Interno Bruto e conseqüentemente com todo seu orçamento público comprometido no pagamento de juros da dívida externa, o que por sua vez diminuiu os investimentos públicos.

Durante muito tempo, faltou a percepção de que o principal problema da inflação brasileira era a sua inércia, que a realimentava causando um crescimento exponencial e níveis alarmantes.

Ao final do período militar, o Brasil sofreu com a grande instabilidade econômica. Em suma, a correção monetária foi uma tentativa de convívio tão pacífico quanto possível com a inflação (SIMONSEN, 1970, p.132).

Por esse motivo ela é tida por muitos economistas como responsável pelos aumentos persistentes das taxas de inflação, uma vez que realimentava os preços integralmente. E com esse processo de autofagia guiada pela correção monetária (indexação) a década de 80 deu ao fenômeno inflacionário a peculiaridade de inercial.

José Sarney foi inesperadamente alçado a presidente com a morte do eleito Tancredo Neves em 1985, iniciando seu governo com grande expectativa do povo brasileiro para conter a recessão, desemprego e alta inflação.

No início de 1986 houve a criação do Plano Cruzado com a implantação da nova moeda chamada de Cruzado e acima de tudo, o fim da correção monetária com o congelamento total de preços.

No entanto, devido a seu perfil inercial já constituído, posteriormente a inflação voltou a subir e, graças ao excessivo aumento da renda e conseqüentemente do consumo, houve uma crise de abastecimento e conflitos entre diversos setores da sociedade surgiram.

A indexação fazia com que os níveis de preço fossem cada vez maiores, porém ela era necessária para a sobrevivência da própria economia. Não existiam mais investimentos, fossem eles privados ou públicos, apenas rendimentos em aplicações.

Foi em meio a esse cenário que em março de 1990, foi implantado o

Plano Collor que traumatizou a população brasileira por tamanha violência contra o contribuinte com o confisco de recursos pessoais, onde o dinheiro que estava depositado nos bancos, em conta corrente, poupança e investimentos, foi sequestrado até determinado valor, deixando os correntistas somente com esse valor disponível. Trauma que acompanhou as próximas gerações de brasileiros, apesar de todos os problemas enfrentados no decorrer da odisséia que foi a criação de uma moeda estável e forte.

Com a saída de Collor, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o governo, juntamente com Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda (que seria posteriormente o próximo presidente eleito, em 1994).

Neste período o governo deixou de atribuir a causa da inflação à especulação e admitiu que ele, governo, era um dos grandes responsáveis em razão dos gastos públicos.

Logo em 1994, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidência iniciou-se a implantação de seu Plano econômico, dividido em três fases que por sua vez estabilizou a economia.

Nesse contexto, a Unidade Real de Valor (URV) foi criada como uma moeda que não existiu fisicamente e representou a segunda fase do Plano Real, sendo uma *unidade de conta*, não sendo uma moeda, ela também não circulava.

Foi neste cenário pós *impeachment* que a URV surgiu, com base nas teorias e fundamentos teórico-práticos dos economistas André Lara Resende, Pérsio Arida e outros economistas da PUC/RJ, que conseguiram conter e conceitualizar o fenômeno da inflação inercial.

A URV pode ser considerada como a incubadora da moeda Real e criou as bases e condições necessárias para a sua implantação. No momento em que foi estabelecida, a URV valia 647,50 Cruzeiros Reais e todos os dias sua cotação variava segundo o que era fixado pelo Banco Central (BACEN). Não foi cometido o mesmo erro dos Planos anteriores congelando os preços, sendo também a forma encontrada para minimizar problemas judiciais que os outros programas tiveram. (MOURA, 2007)

E, neste ponto de cisão, adentra-se na principal temática do artigo: A

criação e importância da URV para a consolidação e implantação do Plano Real e a estabilização econômica monetária do Brasil com o combate a inflação inercial.

3 - INFLAÇÃO, HIPERINFLAÇÃO E SUA TENDÊNCIA INERCIAL

A palavra inflação no vocabulário do brasileiro tem diversos significados e quase todos remetem a sensações e sentimentos negativos: medo, incerteza e retração financeira, uma vez que, o Brasil viveu em sua História contemporânea períodos econômicos sombrios, motivados pela instabilidade econômica e social criada pela inflação, resultante de políticas governamentais mal planejadas e da conjuntura nacional e internacional.

O período mais dramático foi a década de 80 do século XX, que chegou a ser caracterizada como: a década perdida, mas existiram episódios da década de 70 que foram cruciais para o desempenho da economia na década posterior, como citado no tópico anterior.

No entanto, analisando a inflação mais profundamente, é necessário apresentar suas características e como esse fenômeno influenciou a sociedade e a formação cultural do povo brasileiro, momento onde há uma ligação intrínseca com a História no que tange a formação cultural, social e econômica da população, principalmente quanto à memória popular de períodos de hiperinflação e situações vividas à época.

As teorias tradicionais ensinam que os processos inflacionários podem ter duas principais explicações de gênese: ou é uma inflação de Custos ou uma inflação de Demanda, ideias convencionais sobre a inflação, monetarista ou keynesiana. Para cada uma delas há a prescrição de “remédios” específicos como bem tratou (Resende e Arida 1986). Essas regras tradicionais na literatura econômica foram aplicadas reiteradamente sem êxito, vez que elas não cuidavam nem comportavam os fundamentos típicos do caso brasileiro, não abarcando, em particular, a questão da inercialidade.

A teoria da inercialidade da inflação ocorre onde os processos inflacionários crônicos, nos quais permanecem altas taxas de aceleração do

nível geral de preços sem, no entanto, mover-se para situações hiperinflacionárias. Pode ser detectado um componente autônomo, ou seja, um componente que se reproduz em função de si mesmo, chamado de tendência, e um segundo componente, responsável pela alteração do patamar inflacionário, denominado choque.

Partindo da análise de Simonsem (1970) sobre o movimento da inflação, podemos deduzir que o simples fato de ter havido inflação no momento anterior implica uma tendência à manutenção do mesmo ritmo de crescimento dos preços nos períodos posteriores, desse fenômeno surge a palavra inercial, aludindo ao primeiro princípio da Física Dinâmica.

4 - UNIDADE REAL DE VALOR – URV

No dia primeiro de julho de 1994, o Real foi implementado. O Real foi a oitava moeda no Brasil, somente no século XX, no entanto, esse novo Plano não foi uma passagem lenta e gradativa, até mesmo porque o país não podia esperar tanto para uma solução após o trauma que foi o Plano Collor II.

Sendo assim, o Plano Real teve que ser instalado por completo em menos de um ano, e, apresentou três fases para a sua implementação. Foi idealizado pelos teóricos da PUC/RJ, em especial, André Lara Resende e Pérsio Arida que, desde de 1984, defendiam que a inércia viria da formação de expectativas quanto ao futuro, o que implicaria um comportamento dos agentes na tentativa de recompor sua renda real média.

Lara Resende (1984) assegurou que a moeda indexada seria uma *unidade de conta* e exclusivamente uma forma de desindexar a economia, atrelando e unificando nela todas as referências de valor, as quais passariam a mover de acordo com a nova tendência inercial projetada (baseada em indicadores diários estabelecidos), eliminando assim o componente inercial da inflação, sendo uma forma viabilizadora da condição necessária, ou seja, a desindexação, desde que fosse admitido algum componente de inércia na inflação.

O grande préstimo que a concepção da URV traria seria a

desindexação com a moeda indexada e conseqüentemente a eliminação da tendência inercial da inflação, sendo os preços reflexos não mais somente da inflação e sua memória inercial, seriam atrelados a unidade de valor e depois, a moeda. Assim, após controlada em todos os segmentos econômico-financeiros, essa inércia em ritmo menor e quase totalmente desacelerada, haveria o nascimento de uma nova moeda, descontaminada daquela memória inflacionária.

Assim, apresentou-se o embasamento teórico-científico para a criação da segunda fase do Plano Real, a URV, onde a indexação não seria por uma moeda como foi pelo Cruzeiro ou Cruzado e sim por uma unidade de valor sobre a moeda vigente no período. Seria possível quebrar a inércia e eliminar a memória inflacionária do sistema de um modo mais natural e menos traumático do que o congelamento de preços.

A segunda fase compreende a tomada de medidas para reduzir a influência da inflação passada sobre a inflação corrente. A idéia central era reduzir a memória que a indexação introduz no processo inflacionário, através da adoção da URV baseada na inflação corrente, que deveria, por conseguinte, estar subordinada à convicção de que o processo de reorganização fiscal estava suficientemente avançado para ser percebido como irreversível.

Finalmente, a terceira fase foi aquela em que a economia teve um novo padrão monetário, o Real, que será uma moeda forte e que oferecia um poder aquisitivo estável.

Primordialmente a URV foi criada como uma moeda de referência para contratos em especial no mercado financeiro, criando as condições necessárias de previsibilidade que a economia necessitava, desvinculando a economia da imponderabilidade da inflação.

A utilização da URV foi a única forma que os agentes financeiros tinham para formalizar os contratos e prever os preços futuros (inclusive da moeda) e essa obrigatoriedade, foi possivelmente, o grande responsável pelo sucesso da implantação da URV, uma vez que a Unidade: disponibilizou a diversos setores sociais, na busca pela estabilidade econômica, os reais

mecanismos de crescimento e fomento que uma economia capitalista de mercado necessita.

Em suma, a URV foi criada para diarizar a economia brasileira, ou seja, todos os dias oferecia novos valores para um determinado produto mesmo que este se estabilizara, organizando a demanda pela renda real e os preços relativos conforme publicado pelo jornal Folha de São Paulo em matéria de Bresser Pereira:

A inércia inflacionária deriva da assincronia nos reajustes de preços, que são aumentados defasadamente. É precisamente esse problema que o Plano Fernando Henrique vem resolver ao introduzir, na sua segunda fase, a Unidade Real de Valor. Ao adotá-la o objetivo foi permitir que os preços de cada mercadoria aumentasse todos os dias, como acontece até hoje nas economias dolarizadas, em que o indexador é a variação da taxa de câmbio. Uma vez obtida essa sincronização dos aumentos dos preços, bastaria fazer uma reforma monetária, transformar o índice- moeda URV em moeda. (BRESSER-PEREIRA, 1994, p.1)

Ou seja, conforme Arida e Lara Resende (1986), devido aos longos anos de alta inflação, a nova unidade de valor tem sua genialidade, uma vez que, não congela preços ou se sobrepõe simplesmente a moeda vigente alimentando a memória inercial da inflação ela se apresenta como a nova unidade para precificação de valor em contratos e circulação bancária da moeda vigente, onde os contratos não poderiam e nem eram realizados na moeda oficial fosse o cruzeiro, o cruzeiro novo, o cruzado ou cruzeiro real, pois devido a inflação oscilante e crescente os contratos não utilizavam essas moedas como referência futura.

Entre março e junho, período de vigência da URV, o Banco Central fixou o valor diário da Unidade nos termos do Decreto nº 1.066, de 27.02.94. Neste, estabeleceu-se que:

(...) a variação da expressão em cruzeiros reais da URV do primeiro ao último dia do mês [deveria] situar-se em um intervalo delimitado pela maior e pela menor variação mensal dos três índices

mencionados [IPC-FIPE-3 quadrissemana, IPCA-E-IBGE, IGP-M-FGV] (BRASIL, 1994)

Resumindo, com o passar dos dias, o Cruzeiro Real, teve seu valor diariamente indexado a URV, e conseqüentemente o governo esperava uma utilização natural da nova unidade de conta, uma vez que, percebia-se que os preços balizados pela URV continuavam estáveis e previsíveis, preparando o país para a introdução da nova moeda, o Real.

TABELA DE VALORES DA URV				
dia	Março	Abril	Maio	Junho
1	647,50	931,05	1.323,92	1908,68
2	657,50	931,05	1.323,92	1.942,11
3	667,65	931,05	1.345,54	1.942,11
4	677,98	931,05	1.367,56	1.976,13
5	688,47	948,93	1.389,94	1.976,13
6	688,47	967,16	1.412,74	1.976,13
7	688,47	985,74	1.435,92	2.010,74
8	699,13	1.004,68	1.435,92	2.046,38

9	709 ,96	1.023,98	1.435,92	2.082,65
0	720 ,97	1.023,98	1.459,76	2.119,80
1	732 ,18	1.023,98	1.484,27	2.157,78
2	743 ,76	1.043,65	1.509,20	2.157,78
3	743 ,76	1.063,70	1.534,66	2.157,78
4	743 ,76	1.084,13	1.560,55	2.196,55
5	755 ,52	1.104,96	1.560,55	2.236,02
6	767 ,47	1.126,18	1.560,55	2.276,91
7	779 ,61	1.126,18	1.586,87	2.318,55
8	792 ,15	1.126,18	1.613,64	2.361,49
9	805 ,53	1.147,81	1.640,86	2.361,49
0	805 ,53	1.169,80	1.668,54	2.361,49
1	805 ,53	1.191,93	1.696,69	2.406,05
2	819 ,80	1.191,93	1.696,69	2.452,17

3	834 ,32	1.213,97	1.696,69	2.499,18
4	849 ,10	1.213,97	1.725,31	2.547,09
5	864 ,14	1.213,97	1.754,41	2.596,58
6	879 ,45	1.235,99	1.784,00	2.596,58
7	879 ,45	1.258,12	1.814,09	2.596,58
8	879 ,45	1.280,19	1.844,69	2.647,03
9	895 ,03	1.302,65	1.844,69	2.698,46
0	913 ,50	1.323,92	1.844,69	2.750,00
1	931 ,05	-	1.875,82	-

Banco Central do Brasil – BACEN

Sendo assim, a URV teve papel fundamental para a concretização do plano de estabilização da economia, pois foi ela que produziu as condições necessárias para o Plano Real. A URV concretizou os anseios da população no que se referiu à previsibilidade ponderada, deu ao Real a credibilidade perdida em decorrência de tantos planos econômicos fracassados. Nessa segunda fase, ocorreu a balização dos contratos futuros e reestruturação do sistema financeiro nacional, ou seja, ela trouxe os requisitos para a implantação do Real.

Foi através da URV que os brasileiros puderam acreditar na efetiva estabilização dos preços e da economia. Com a URV o governo do

presidente Itamar Franco juntamente com sua equipe econômica capitaneada por Fernando Henrique Cardoso, concluiu que um dos principais fatores que causava a inflação estava no papel do próprio Estado e em seu plano de estabilidade traçado desde meados da ditadura, que concedida grande importância a política monetária, equilíbrio fiscal e ao fortalecimento das entidades estatais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria da Inflação Inercial foi importantíssima para as formulações de políticas monetárias no Brasil, esse processo na visão do presente artigo ocorreu de forma pacífica e trouxe a segurança necessária ao Real, sendo um momento de cisão no processo inflacionário da história econômica brasileira.

Foi também um momento importante na criação da Teoria da Inflação Inercial, com idéias aprofundadas pela PUC/RJ e pela FGV/SP com os debates relevantes.

Dentro de um movimento tão duradouro, acredita-se na importância dessa fase na construção da estabilidade econômica brasileira; além do fato que, se este processo tivesse ocorrido em qualquer local do planeta, os teóricos responsáveis pelo Plano Real, em especial a sistemática gradual da URV, estes economistas seriam premiados durante seguidos anos, tamanha genialidade pela concepção teórico-metodológica que conteve um problema que sempre impediu o país de crescer social e economicamente, vivendo às margens da incerteza financeira.

Por fim, a URV teve sua importância na História Econômica do Brasil, na luta contra a inflação inercial; quando, em quatro meses, controlou um processo inflacionário devastador que perdurava por décadas, utilizando-se da previsibilidade (e também dos erros dos Planos Econômicos implementados anteriormente) e necessidade de segurança jurídica da sociedade e da economia, o governo implantou a URV, que, ao contrário dos outros planos, não substituiu a moeda corrente e sim foi um processo planejado e gradativo, que conscientizou a população e fez minimizar os

reflexos da implantação de um novo plano econômico.

REFERÊNCIAS

ARIDA, Pérsio; RESENDE, André Lara. Inflação inercial e reforma monetária: Brasil. In: ARIDA, Pérsio et al. **Inflação Zero** – Brasil, Argentina e Israel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. **Decreto nº 1.066/94**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-994/D1066.htm. Acesso em: 09 de abril de 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O risco de inflação em URV. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 1-2, 12 de dez. de 1994.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOURA, Alkimar R. **PAEG e Real: Dois Planos que Mudaram a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RESENDE, André Lara. A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. 26-28, set. 1984.

SIMONSEN, Mario Henrique. **30 Anos de Indexação**. São Paulo: FGV, 1995.

_____. **Gradualismo x Tratamento de Choque**. Rio de Janeiro: APEC, 1970.